

EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 392/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020
TIPO MENOR PREÇO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Conselho Regional de Odontologia – CROSP, Autarquia Federal, instituída pela Lei Federal nº 4.324 de 14 de abril de 1.964, CNPJ nº 61.697.546/0001-38, sediado na Avenida Paulista, nº 688, Térreo, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-909, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de envio de e-mail marketing e preparação de HTML, para atender a demanda atual de envio de e-mails e elaboração de HTML, com disponibilidade de envio 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os finais de semana.

2. DA SESSÃO

Data: 05/11/2020

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância do disposto neste subitem poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a

data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DAS PROPOSTAS, SESSÃO E LANCES

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.8. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.8.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.8.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 6.8.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.12. Para efeito de lances, deverá ser considerado o valor global total da proposta.
- 6.13. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.14. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.15. O intervalo mínimo entre lances será de R\$ 10,00 (dez reais).
- 6.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.21. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.23. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.

7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.3.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.3.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.3.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.1.8. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.1.9. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.1.10. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.1.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.1.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Ressalvados os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.3. Habilitação jurídica:

8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais (ou estaduais) relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal (Fazenda Estadual) do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5. Qualificação econômico-financeira:

8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sendo permitida a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital (Acórdão TCU n.º 1201/2020 - Plenário);

8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.5.3. Na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, que são optantes pelo simples, na ausência do Balanço Patrimonial do Último Exercício, deverão apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica do último Exercício, conforme Artigos 31 e 32 da Instrução Normativa 608, de 09/01/2006.

8.6. As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.6.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.6.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.6.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos attestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.6.4. No caso de a licitante ser empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, os quais deverão ser apresentados na forma e prazo indicados.

8.6.5. Todos os attestados e declarações apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

8.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a

declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar planilha de custos e formação de preços devidamente ajustada ao lance vencedor.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados e após a realização do Teste de Conformidade previsto no Termo de Referência Anexo I.

12.2. Após a fase recursal e o Teste de Conformidade, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.2. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.



13.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14. DO PREÇO

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

14.4. A estimativa do número de disparos de email e elaboração de HTML, constitui previsão dimensionada que pode variar para mais ou para menos, não estando a CONTRATANTE obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

14.5. A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação aos serviços efetivamente executados, o que será comprovado através dos relatórios mensais de serviços encaminhados pela CONTRATADA contendo os quantitativos e devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento do objeto deste Edital será feito através de cheque nominal, em moeda corrente nacional, em DEPÓSITO BANCÁRIO e/ou BOLETO / FATURA em até 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, **conforme previsto pelo Artigo 40, inciso XIV, “a”, da Lei 8.666/93**, desde que atestada pelo Fiscal ou pelo Gestor do Contrato.

15.1.1. O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO FICA OBRIGADO A EFETUAR AS RETENÇÕES NA FONTE DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB nº 1.234 de 11/01/2012, Art. 2º. AS PESSOAS JURÍDICAS QUE NÃO SÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL ESTÃO SUJEITAS A RETENÇÃO DO IMPOSTO DAS SEGUINTE ALÍQUOTAS:

A - EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 9,45%

B - EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE VENDA: 5,85%

15.1.2. No Ato da emissão do Boleto Bancário / Fatura, deverá constar obrigatoriamente no campo instruções o valor do imposto a ser retido.

15.1.3. Caso o boleto não seja emitido corretamente, será devolvido para correção com prorrogação do pagamento sem qualquer acréscimo.

15.1.4. O CROSP informa que sob hipótese alguma admitirá negociação da(s) duplicata(s) com terceiro(s).

15.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.



15.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, do boleto/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.11. Em caso de descumprimento contratual que enseje a apuração de eventual aplicação de penalidade, o pagamento poderá ser suspenso até decisão final e o valor de eventual penalidade de multa poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito existente.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

16.1. As sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência Anexo I do presente Edital;

16.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

16.3. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

- 17.1.1. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@crops.org.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Paulista, 688 – Térreo, Bela Vista – São Paulo/SP – Aos cuidados do setor de licitação, observando o horário das 09:00 às 17:00hs.
- 17.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 17.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por e-mail, através do endereço licitacao@crops.org.br ou por meio físico, diretamente no Departamento de Licitações do CROSP, localizado na Avenida Paulista, nº 688 – 8º andar, Bela Vista – São Paulo/SP, observando o horário das 09:00 às 17:00hs.
- 17.4. Não serão conhecidos/admitidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações por quaisquer outros meios e nem aquelas sem comprovação de identificação ou sem comprovação de poderes específicos aos representantes das impugnantes ou fora do horário de expediente do CROSP, ainda que enviada por forma eletrônica.
- 17.5. Não serão conhecidos/admitidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações fora do horário de expediente do CROSP, mesmo que enviados por e-mail, devendo os licitantes observarem o prazo legal dos pedidos.
- 17.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.7. Respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crops.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Paulista, 688, térreo, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-909, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



18.10. Todas as comunicações e notificações à contratada poderão ser encaminhadas através do endereço eletrônico fornecido pela contratada em sua proposta, via postal, por telegrama, mediante publicação do ato no Diário Oficial da União ou por quaisquer outros meios legais.

18.11. Os licitantes deverão atender todas as disposições e exigências do edital e de todos os anexos.

18.12. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

18.12.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

18.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

18.14. O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este Edital poderão ser consultados nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.crosp.gov.br, ficando a interessada responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens, convocações e/ou atendimento de prazos.

18.15. O resultado deste certame, compreendendo a sua homologação, será comunicado às licitantes através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.crosp.gov.br, e/ou através da publicação no Diário Oficial.

18.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

18.16.2. ANEXO II – Modelo de Proposta;

18.16.3. ANEXO III – Minuta do Contrato

São Paulo/SP, 07 de outubro 2020

Marcos Jenay Capez
Presidente

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 392/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de envio de e-mail marketing e preparação de HTML, para atender a demanda atual de envio de e-mails e elaboração de HTML, com disponibilidade de envio 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os finais de semana.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos pelo edital e seus anexos, por meio de especificações usuais no mercado, conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A presente licitação destina-se a contratação de empresa especializada em e-mail marketing para atender a demanda atual de envio de e-mails por mês, com disponibilidade de envio 24 horas por dia, incluindo os finais de semana. Os e-mails serão compostos de informativos como boletins eletrônicos e envio de mensagens extraordinárias, quando estas se fizerem necessárias. O conteúdo dos boletins e mensagens deverá conter: informações, notícias, questionários e orientações do interesse dos titulares cadastrados no serviço de mailing do site, ou através do próprio cadastro geral do CROSP.

3.2. A plataforma deve ser capaz de suportar as necessidades de entrega com robustez, performance e eficiência.

3.3. Incorporar todas as tecnologias e boas práticas de comunicação no canal email, como: SPF, SenderID, Dkim, Domainkeys, Ips dedicados, warm-up, monitoramento de reputação, tratamento de bounces, tratamento de engajamento.

3.4. O layout da base de dados será definido e validado entre o Departamento de Tecnologia do CROSP e a empresa contratada.

3.5. Poderão ser incluídos novos campos na base de dados, conforme as necessidades do CROSP.

3.6. A quantidade mensal estimada de disparos de emails é de 3.000.000 (três milhões), podendo variar conforme a demanda mensal para uma base aproximada de 145.000 (cento e quarenta e cinco mil) contatos.

3.7. A quantidade mensal estimada de elaboração de HTML é de 30 (trinta), podendo variar conforme a demanda mensal.

3.8. A quantidade estimada deverá ser considerada para efeito de formação de preço, não exigindo consumo mínimo ou máximo mensal ou durante a vigência do contrato.



3.9. O CROSP reserva-se ao direito de utilizar uma quantidade inferior à estipulada na contratação para 12 meses, de acordo com as necessidades do Contratante.

3.10. O CROSP pagará mensalmente pelo serviço de disparos de email marketing e elaboração de HTML efetivamente realizados no mês.

3.11. O Contratante terá à sua disposição, a partir do início da vigência do contrato, o número total de e-mails contratados, sendo que não haverá obrigatoriedade do Contratante de enviar uma exata quantidade de mensagens/mês ou durante a vigência do contrato.

4. FUNCIONALIDADES PRINCIPAIS:

4.1. EMAIL MARKETING

- a) Ter uma base centralizada para administração e gestão das campanhas de e-mail marketing;
- b) Administrar a quantidade de contatos no período para evitar envios excessivos de e-mails para os mesmos usuários;
- c) Automatizar a transferência de arquivos entre os sistemas;
- d) Segmentar bases por visão cadastral, transacional e comportamental;
- e) Criar grupos de controle para mensuração de resultados;
- f) Criar campanhas via Web em ambiente seguro e personalizado;
- g) Definir período de validade de cada campanha;
- h) Visualizar histórico e status de suas campanhas (Ativas e Encerradas);
- i) Qualificação e atualização da base de mailing;
- j) Realizar busca e seleção na base para definição de público alvo de campanhas;
- k) Agendamento e automatização de campanhas;
- l) Realizar upload seguro da base de dados de uma campanha, podendo definir seus atributos personalizáveis;
- m) Enviar uma campanha para uma base de dados previamente cadastrada em ambiente seguro;
- n) Realizar upload do conteúdo HTML e/ou txt e definir itens a serem personalizados (exemplo: nome, datas, banners etc.);
- o) Controlar perfis de acesso de usuários envolvidos no processo de criação e gestão de campanhas (Administradores de campanha);
- p) Enviar uma campanha teste para simular um ambiente real e evitar possíveis erros no envio.
- q) Poderá ocorrer disparos diários de diversos Boletins com quantidade de destinatários variadas e horários variados.

4.2. HTML

- a) O conteúdo será diversificado, podendo conter texto, links, imagens e anexos.
- b) Recursos anti-spam: para evitar que as mensagens sejam enviadas como SPAMs, para garantir a entrega efetiva dos emails.
- c) Mensuração de resultados: relatório contendo o total de mensagens entregues e de recusas, total de emails válidos e inválidos.
- d) O CROSP enviará as listas e o conteúdo dos emails ao prestador de serviços entre 08:00 e 18:00 horas. O prestador de serviços deverá encaminhar ao CROSP a arte final do email para aprovação em até 2 (duas) horas úteis antes de ser encaminhado definitivamente a todos da lista.
- e) Após a aprovação do CROSP, os emails deverão ser enviados no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.

f) Elaboração de até 30 HTML em formato que o sistema não consegue fazer automaticamente. Tipo: newsletter, com texto, imagem e diversos links. HTML que tem criação envolvida.

5. SEGURANÇA:

5.1. Todos os processos devem possuir características voltadas à segurança:

- a. Login - Controle de acesso com login, senha criptografada e restrição de IP;
- b. Teste - Ambiente de teste para análise das campanhas a serem enviadas;
- c. Envio - Restrito aos operadores com permissão;
- d. Banco de Dados - Fisicamente restritos;
- e. Relatórios - Restritos aos operadores com permissão;
- f. HTTPS - Todas as operações são executadas em SSL.

5.2. Todas as operações de upload e download de dados são executadas diretamente pela interface através de ambiente seguro.

5.3. Todas as operações devem ser realizadas em interface web amigável.

5.4. Licitante deve orientar a implantar as melhores práticas de email, visando alcançar os melhores resultados com as campanhas. Essas práticas devem possibilitar aumento expressivo na entrega dos emails na caixa de entrada. Além de resolver desafios de entregabilidade, as soluções devem analisar o comportamento real do destinatário do email. Esses dados proporcionam insights sobre ajustes necessários para aumentar o engajamento e consequentemente a taxa de conversão.

6. ESCOPO

6.1. Carga e envio de bases.

Ferramenta de gestão de campanhas por e-mail.

Carga de bases ad-hoc via interface online e segura.

Criação ágil de campanhas e envio de e-mails.

6.2. Ferramenta de segmentação e gestão de campanhas por e-mail.

Criação ágil de clusters para comunicação dirigida.

Segmentação a partir de dados cadastrais, transacionais e comportamentais.

7. ANÁLISES E RELÁTORIOS

7.1. Plataforma de relatórios independentes, integrada, customizável e web-based que possibilite os seguintes relatórios como default.

7.1.1. Informações de contato consolidado por campanha:

- a) quantidade e percentual de e-mails entregues com sucesso;
- b) total de emails enviados;
- c) total de emails abertos;
- d) total de cliques;
- e) total de opt-out;
- f) taxa de entrega;
- g) taxa de abertura;
- h) taxa de clique.

7.1.2 Consolidado por cliques:

- a) quantidade e percentual de leituras do email;
- b) quantidade e percentual de cliques em cada um dos links contidos no e-mail.

7.1.3. Relatório de spam.

7.2. Não estão incluídos no escopo desta proposta integração com outros canais, como por exemplo: ações por SMS, ações no call center.

7.3. A cobrança será feita mensalmente, com base na apuração da quantidade de e-mails enviados. A empresa deve apresentar tabela de custos dentro dos seguintes parâmetros.

7.4. Os preços apresentados consideram e-mails com até 60kb de tamanho lógico. O eventual excedente, em tamanho lógico, será calculado e utilizado o valor de custo unitário para multiplicação.

7.5. Estão incluídos na prestação dos serviços, a custódia e gestão de todas as informações necessárias ao processamento das bases e envio de e-mails.

7.6. Garantia de confidencialidade dos dados envolvidos no projeto.

7.7. Recursos para geração de e-mails a uma taxa de no mínimo 500.000 por hora.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

DO SIGILO E RESGUARDO E DOS DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE

8.1. Obedecer às normas e rotinas do CROSP, em especial, às que disserem respeito à segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços.

8.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

8.3. Reconhecer, ainda, que, como prestadores de serviço por força de um Contrato, sem vinculação direta com as atividades desenvolvidas, que todo e qualquer trabalho realizado ou desenvolvido será de exclusiva propriedade do CROSP.

8.4. Cabe Direitos Autorais quanto ao conteúdo e forma de envio de mensagens, textos de carga (upload) e mensagens. Todas as mensagens de autoria do CROSP possuem na origem o texto original e assim devem estar na forma do destino, sem alterações. Haverá sanções, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis quando da alteração de dados (sem anuência) originários do CROSP.

9. PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL

9.1. O preço global máximo aceitável pelo CRO-SP para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de envio de e-mail marketing e preparação de HTML, para atender a demanda atual de envio de e-mails e elaboração de HTML por mês, com disponibilidade de envio 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os finais de semana é de R\$ 171.648,00 (cento e setenta e um mil seiscientos e quarenta e oito reais).

10. DO PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS REALIZADOS

10.1. A CONTRATADA enviará as notas fiscais/fatura para aprovação do Conselho. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após aprovação da respectiva nota fiscal/fatura. As notas fiscais/faturas poderão ser rejeitadas por erros ou incorreções em seu preenchimento, e serão formalmente devolvidas à empresa CONTRATADA para correção.

10.2. Todas as atividades envolvidas serão acompanhadas e validadas por analistas técnicos do Conselho.

10.3. A CONTRATADA deverá dimensionar em sua proposta, todos os custos relativos a viagens, descolamento e diárias, hospedagem dos seus funcionários.

10.4. O prazo de implantação, bem como as condições de nível de serviço para a garantia estão descritas neste edital.



10.5. Quaisquer alterações nas condições acima deverão ser avaliadas e aprovadas pelo Conselho.

10.6. A estimativa do número de disparos de email e elaboração de HTML, constitui previsão dimensionada que pode variar para mais ou para menos, não estando a CONTRATANTE obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

10.7. A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação aos serviços efetivamente executados, o que será comprovado através dos relatórios mensais de serviços encaminhados pela CONTRATADA contendo os quantitativos e devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Ficará a critério do departamento fiscalizador do CROSP impugnar qualquer fornecimento executado que não satisfaça as condições aqui prescritas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

12.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

12.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

12.8. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



12.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DA CONFIDENCIALIDADE

13.1. A CONTRATADA não poderá, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis, utilizar informações fornecidas pelo Conselho para qualquer outro tipo de uso que não sejam os específicos para a execução do objeto deste certame.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. FONTE DE RECURSOS

16.1. As despesas com a execução do objeto deste certame correrão à conta de recursos orçamentários do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo.

17. JUSTIFICATIVA

17.1 O objeto da presente contratação possibilita informar os profissionais da classe sobre as atividades do Conselho. Os e-mails-marketing comunicam mensagens relevantes, notícias, pesquisas, orientações de interesse dos inscritos e outras ações da autarquia, são disparados durante o ano inteiro para todos os inscritos do mailing do CROSP. Esses disparos podem ser segmentados, fazendo com que as informações cheguem a públicos específicos, determinados, por exemplo, por região geográfica ou categoria profissional, permitindo comunicar com mais agilidade, eficiência e transparência.

18. CONDIÇÕES GERAIS

18.1. As empresas não optantes pelo Simples Nacional sofrerão retenção de tributos federais, conforme Instrução Normativa da SRF 1234/2012.

18.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com o CROSP e demais entes da Administração Pública Federal e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 7º da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos seguintes casos:

- a) Cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Fizer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- g) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- i) Não manter a proposta;
- j) Entregar os itens em desacordo com a amostra aprovada ou em desacordo com as especificações técnicas do edital;

19.1.1. Reputar-se-ão inidôneos os atos descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

19.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.1.3. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.1.4. Multa de:

19.1.4.1. Até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.1.4.2. Até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;



- 19.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados;
- 19.3. Considera-se atraso na prestação dos serviços e conseqüente descumprimento contratual a mora na entrega dos serviços solicitados, a prestação de serviços em desconformidade com o edital, bem como, o descumprimento de determinação de gestor ou fiscal do contrato.
- 19.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 19.5. As sanções previstas no presente Termo de Referência poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente com as penalidades de multa.
- 19.6. Além das penalidades acima previstas, poderão ser aplicadas outras multas pelo descumprimento das obrigações assumidas pela contratada no importe de até 15% (quinze) por cento do valor adjudicado;
- 19.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 19.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 19.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Vanessa Figueiredo
Gerente de Comunicação

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 392/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020

Ao
Conselho Regional de Odontologia de São Paulo - CRO/SP.

Proposta que faz a empresa, inscrita no CNPJ nº....., e inscrição estadual nº, estabelecida na, bairro, cidade de, Estado de, para o objeto em referência, afirmando ainda que todos os itens descritos no TERMO DE REFERÊNCIA se fazem presentes nesta proposta, quantificada conforme abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de envio de e-mail marketing e preparação de HTML, para atender a demanda atual de envio de e-mails e elaboração de HTML, com disponibilidade de envio 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os finais de semana.

PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL ANUAL
ITEM 1 - EMAIL MARKETING	3.000.000	R\$	R\$	R\$
ITEM 2 - ELABORAÇÃO DE HTML	30	R\$	R\$	R\$
TOTAL (ITEM 1+2)	-	-	R\$	R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$. [valor por extenso]

Prazo para prestação dos serviços: 12 (doze) meses

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (dias), contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de sua apresentação.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos objetos desta contratação, inclusive as despesas com transportes, materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos, ferramentas, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, tributos incidentes, taxa de administração,



material, serviços, seguros, frete, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação e deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome: _____

Cargo: _____ RG: _____ CPF: _____

Telefone: (__) _____

E-mail: _____

LOCAL E DATA

(Carimbo e assinatura do responsável)

Em papel timbrado

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

Referência: Processo Administrativo nº 392/2020

Pregão Eletrônico nº 011/2020

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO – CROSP**, autarquia federal, com sede à Avenida Paulista, 688 - térreo – São Paulo – SP, inscrito no C.N.P.J./MF sob nº 61.697.546/0001-38, por seu representante legal ao final assinado, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa com sede à, nº , Bairro, Cidade - Estado, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº, por seu representante legal ao final assinado, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de envio de e-mail marketing e preparação de HTML, para atender a demanda atual de envio de e-mails e elaboração de HTML por mês, com disponibilidade de envio 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os finais de semana mediante as seguintes cláusulas e condições que as partes mutuamente aceitam e outorgam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de envio de e-mail marketing e preparação de HTML, para atender a demanda atual de envio de e-mails e elaboração de HTML por mês, com disponibilidade de envio 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os finais de semana.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos pelo edital e seus anexos, por meio de especificações usuais no mercado, conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A presente licitação destina-se a contratação de empresa especializada em e-mail marketing para atender a demanda atual de envio de e-mails por mês, com disponibilidade de envio 24 horas por dia, incluindo os finais de semana. Os e-mails serão compostos de informativos como boletins eletrônicos e envio de mensagens extraordinárias, quando estas se fizerem necessárias. O conteúdo dos boletins e mensagens deverá conter: informações, notícias, questionários e orientações do interesse dos titulares cadastrados no serviço de mailing do site, ou através do próprio cadastro geral do CRO-SP.

3.2. A plataforma deve ser capaz de suportar as necessidades de entrega com robustez, performance e eficiência.

- 3.3. Incorporar todas as tecnologias e boas práticas de comunicação no canal email, como: SPF, SenderID, Dkim, Domainkeys, Ips dedicados, warm-up, monitoramento de reputação, tratamento de bounces, tratamento de engajamento.
- 3.4. O layout da base de dados será definido e validado entre o Departamento de Tecnologia do CROSP e a empresa contratada.
- 3.5. Poderão ser incluídos novos campos na base de dados, conforme as necessidades do CROSP.
- 3.6. A quantidade mensal estimada de disparos de emails é de 3.000.000 (três milhões), podendo variar conforme a demanda mensal, para uma base aproximada de 145.000 (cento e quarenta e cinco mil) contatos.
- 3.7. A quantidade mensal estimada de elaboração de HTML é de 30 (trinta), podendo variar conforme a demanda mensal.
- 3.8. A quantidade estimada deverá ser considerada para efeito de formação de preço, não exigindo consumo mínimo ou máximo mensal ou durante a vigência do contrato.
- 3.9. O CROSP reserva-se ao direito de utilizar uma quantidade inferior à estipulada na contratação para 12 meses, de acordo com as necessidades do Contratante.
- 3.10. O CROSP pagará mensalmente pelo serviço de disparos de email marketing e elaboração de HTML efetivamente realizados no mês.
- 3.11. O Contratante terá à sua disposição, a partir do início da vigência do contrato, o número total de e-mails contratados, sendo que não haverá obrigatoriedade do Contratante de enviar uma exata quantidade de mensagens/mês ou durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - FUNCIONALIDADES PRINCIPAIS:

4.1. EMAIL MARKETING

- a) Ter uma base centralizada para administração e gestão das campanhas de e-mail marketing;
- b) Administrar a quantidade de contatos no período para evitar envios excessivos de e-mails para os mesmos usuários;
- c) Automatizar a transferência de arquivos entre os sistemas;
- d) Segmentar bases por visão cadastral, transacional e comportamental;
- e) Criar grupos de controle para mensuração de resultados;
- f) Criar campanhas via Web em ambiente seguro e personalizado;
- g) Definir período de validade de cada campanha;
- h) Visualizar histórico e status de suas campanhas (Ativas e Encerradas);
- i) Qualificação e atualização da base de mailing;
- j) Realizar busca e seleção na base para definição de público alvo de campanhas;
- k) Agendamento e automatização de campanhas;
- l) Realizar upload seguro da base de dados de uma campanha, podendo definir seus atributos personalizáveis;
- m) Enviar uma campanha para uma base de dados previamente cadastrada em ambiente seguro;
- n) Realizar upload do conteúdo HTML e/ou txt e definir itens a serem personalizados (exemplo: nome, datas, banners etc.);
- o) Controlar perfis de acesso de usuários envolvidos no processo de criação e gestão de campanhas (Administradores de campanha);
- p) Enviar uma campanha teste para simular um ambiente real e evitar possíveis erros no envio.
- q) Poderá ocorrer disparos diários de diversos Boletins com quantidade de destinatários variadas e horários variados.

4.2. HTML

- a) O conteúdo será diversificado, podendo conter texto, links, imagens e anexos.
- b) Recursos anti-spam: para evitar que as mensagens sejam enviadas como SPAMs, para garantir a entrega efetiva dos emails.
- c) Mensuração de resultados: relatório contendo o total de mensagens entregues e de recusas, total de emails válidos e inválidos.
- d) O CROSP enviará as listas e o conteúdo dos emails ao prestador de serviços entre 08:00 e 18:00 horas. O prestador de serviços deverá encaminhar ao CROSP a arte final do email para aprovação em até 2 (duas) horas úteis antes de ser encaminhado definitivamente a todos da lista.
- e) Após a aprovação do CROSP, os emails deverão ser enviados no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- f) Elaboração de até 30 HTML em formato que o sistema não consegue fazer automaticamente. Tipo: newsletter, com texto, imagem e diversos links. HTML que tem criação envolvida.

CLÁUSULA QUINTA - SEGURANÇA

5.1. Todos os processos devem possuir características voltadas à segurança:

- a. Login - Controle de acesso com login, senha criptografada e restrição de IP;
- b. Teste - Ambiente de teste para análise das campanhas a serem enviadas;
- c. Envio - Restrito aos operadores com permissão;
- d. Banco de Dados - Fisicamente restritos;
- e. Relatórios - Restritos aos operadores com permissão;
- f. HTTPS - Todas as operações são executadas em SSL.

5.2. Todas as operações de upload e download de dados são executadas diretamente pela interface através de ambiente seguro.

5.3. Todas as operações devem ser realizadas em interface web amigável.

5.4. Licitante deve orientar a implantar as melhores práticas de email, visando alcançar os melhores resultados com as campanhas. Essas práticas devem possibilitar aumento expressivo na entrega dos emails na caixa de entrada. Além de resolver desafios de entregabilidade, as soluções devem analisar o comportamento real do destinatário do email. Esses dados proporcionam insights sobre ajustes necessários para aumentar o engajamento e consequentemente a taxa de conversão.

CLÁUSULA SEXTA - ESCOPO

6.1. Carga e envio de bases.

Ferramenta de gestão de campanhas por e-mail.

Carga de bases ad-hoc via interface online e segura.

Criação ágil de campanhas e envio de e-mails.

6.2. Ferramenta de segmentação e gestão de campanhas por e-mail.

Criação ágil de clusters para comunicação dirigida.

Segmentação a partir de dados cadastrais, transacionais e comportamentais.

CLÁUSULA SÉTIMA - ANÁLISES E RELÁTORIOS

7.1. Plataforma de relatórios independentes, integrada, customizável e web-based que possibilite os seguintes relatórios como default.



7.1.1. Informações de contato consolidado por campanha:

- a) quantidade e percentual de e-mails entregues com sucesso;
- b) total de emails enviados;
- c) total de emails abertos;
- d) total de cliques;
- e) total de opt-out;
- f) taxa de entrega;
- g) taxa de abertura;
- h) taxa de clique.

7.1.2 Consolidado por cliques:

- a) quantidade e percentual de leituras do email;
- b) quantidade e percentual de cliques em cada um dos links contidos no e-mail.

7.1.3. Relatório de spam.

7.2. Não estão incluídos no escopo desta proposta integração com outros canais, como por exemplo: ações por SMS, ações no call center.

7.3. A cobrança será feita mensalmente, com base na apuração da quantidade de e-mails enviados. A empresa deve apresentar tabela de custos dentro dos seguintes parâmetros.

7.4. Os preços apresentados consideram e-mails com até 60kb de tamanho lógico. O eventual excedente, em tamanho lógico, será calculado e utilizado o valor de custo unitário para multiplicação.

7.5. Estão incluídos na prestação dos serviços, a custódia e gestão de todas as informações necessárias ao processamento das bases e envio de e-mails.

7.6. Garantia de confidencialidade dos dados envolvidos no projeto.

7.7. Recursos para geração de e-mails a uma taxa de no mínimo 500.000 por hora.

CLAÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

DO SIGILO E RESGUARDO E DOS DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE

8.1. Obedecer às normas e rotinas do CROSP, em especial, às que disserem respeito à segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços.

8.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

8.3. Reconhecer, ainda, que, como prestadores de serviço por força de um Contrato, sem vinculação direta com as atividades desenvolvidas, que todo e qualquer trabalho realizado ou desenvolvido será de exclusiva propriedade do CROSP.

8.4. Cabe Direitos Autorais quanto ao conteúdo e forma de envio de mensagens, textos de carga (upload) e mensagens. Todas as mensagens de autoria do CROSP possuem na origem o texto original e assim devem estar na forma do destino, sem alterações. Haverá sanções, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis quando da alteração de dados (sem anuência) originários do CROSP.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CROSP:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado,

anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.5. Ficará a critério do departamento fiscalizador do CROSP impugnar qualquer fornecimento executado que não satisfaça as condições aqui prescritas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO

10.1. Pela execução dos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA conforme tabela abaixo:

OBJETO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL ANUAL
ITEM 1 - EMAIL MARKETING	3.000.000	R\$	R\$	R\$
ITEM 2 - ELABORAÇÃO DE HTML	30	R\$	R\$	R\$
TOTAL (ITEM 1+2)	-	-	R\$	R\$

Valor global por extenso: _____

10.2. A estimativa do número de disparos de email e elaboração de HTML, constitui previsão dimensionada que pode variar para mais ou para menos, não estando a CONTRATANTE obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

10.3. A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação aos serviços efetivamente executados, o que será comprovado através dos relatórios mensais de serviços encaminhados pela CONTRATADA contendo os quantitativos e devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. A CONTRATADA enviará as notas fiscais/fatura para aprovação do Conselho. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após aprovação da respectiva nota fiscal/fatura. As notas fiscais/faturas poderão ser rejeitadas por erros ou incorreções em seu preenchimento, e serão formalmente devolvidas à empresa CONTRATADA para correção.

11.2. Todas as atividades envolvidas serão acompanhadas e validadas por analistas técnicos do Conselho.

11.3. A CONTRATADA deverá dimensionar em sua proposta, todos os custos relativos a viagens, descolamento e diárias, hospedagem dos seus funcionários.

11.2. O prazo de implantação, bem como as condições de nível de serviço para a garantia estão descritas neste edital.



11.3. Quaisquer alterações nas condições acima deverão ser avaliadas e aprovadas pelo Conselho.

11.4. Os recursos previstos para atender a presente despesa onerarão a dotação n.º 6.2.2.1.1.01.04.04.004.022 do orçamento deste Conselho Regional de Odontologia para 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços prestados, **OBRIGATORIAMENTE**, deverão atender ao Termo de Referência – Anexo I do Edital e às Ordens de Fornecimento emitidas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais ou parafiscais), que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste contrato, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, assim definido na norma tributária.

13.2. A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que a CONTRATADA esteja obrigada pela Legislação vigente, recolhendo-os nos prazos de Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

14.1. As sanções estão previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

15.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

16.1. O nome do fiscal e gestor será mencionado na assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária de São Paulo, como único competente para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em **duas** vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo/SP, de de 2020.

Sr. Marcos Jenay Capez, CD – Presidente
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO



**Sr. Marco Antonio Manfredini, CD – Tesoureiro
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO**

**Representante da Contratada
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____